

**PORTARIA DG/PF Nº 17.389, DE 23 DE JANEIRO DE 2023**

Delega competência a servidor na condição de ordenador de despesas titular no âmbito da Coordenação-Geral de Administração - CGAD/DLOG/PF.

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída no inciso V do art. 36 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 155, de 27 de setembro de 2018, do Senhor Ministro de Estado da Segurança Pública, publicada na seção 1 do Diário Oficial da União nº 200, de 17 de outubro de 2018; e tendo em vista o disposto na Portaria SE/MJSP nº 1.411, de 25 de novembro de 2021; resolve:

Art. 1º Delegar competência ao servidor ANDRÉ LUIS LIMA CARMO, delegado de polícia federal, matrícula SIAPE nº 1542699, no âmbito da unidade gestora 200334 (Coordenação-Geral de Administração - CGAD/DLOG/PF), na condição de ordenador de despesas titular, para:

I - adotar os procedimentos necessários ao funcionamento da unidade gestora, relativos às atividades de gestão dos recursos humanos, tecnologia da informação, apoio administrativo, biblioteca, documentação, serviços gerais, transportes, segurança, patrimônio, licitações e gestão de contratos;

II - gerir recursos orçamentários e financeiros no limite das cotas orçamentárias concedidas à unidade;

III - aprovar projetos básicos e termos de referência;

IV - constituir comissões de licitação, designar pregoeiros e equipes de apoio;

V - autorizar abertura de procedimentos licitatórios, adjudicar, homologar, revogar e anular licitações, bem como emitir termo de dispensa de licitação ou termo de inexigibilidade;

VI - ratificar os atos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, conforme art. 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VII - firmar contratos e termos aditivos;

VIII - gerenciar e controlar os registros de preços;

IX - aplicar sanções a licitantes, fornecedores e prestadores de serviços;

X - autorizar a restituição de garantias contratuais;

XI - submeter à apreciação da Consultoria Jurídica da União, processos e atos administrativos para os quais a legislação vigente exija parecer;

XII - firmar acordos de cooperação e convênios, sem transferência de recursos, com entidades de Direito Público e Privado, observada a legislação e os normativos em vigor;

XIII - constituir junta médica oficial;

XIV - criar grupos de trabalho e comissões para fins específicos;

XV - autorizar a aquisição, alienação, cessão, transferência e baixa de material;

XVI - autorizar a locação de bens móveis ou a prorrogação de contratos em vigor com valores inferiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês;

XVII - efetuar o pagamento de ajuda de custo e transportes de bagagem;

XVIII - autorizar a participação de servidores em congressos, conferências, seminários, cursos de formação, capacitação e outros eventos similares realizados no país, quando implicar ônus para a unidade, observadas as determinações dos órgãos centrais; e

XIX - conceder licenças, afastamentos, vantagens, gratificações, adicionais e benefícios legais, exceto no que concerne à autorização de afastamento do país.

§ 1º O ordenador de despesas é responsável pela gestão dos recursos extracota disponibilizados à unidade gestora.

§ 2º A execução de recursos destinados a obras e serviços de engenharia deverá ser previamente autorizada pelo diretor de Administração e Logística Policial.

§ 3º A competência para emissão dos termos de dispensa e de inexigibilidade de que trata o inciso V deverá ser imediata e nominalmente subdelegada ao chefe da Divisão de Licitações e Contratos.

§ 4º Os processos relativos a acordos de cooperação e convênios deverão ser encaminhados ao Gabinete do diretor-geral, previamente à assinatura, para avaliação quanto aos aspectos de oportunidade e conveniência, de uniformização de procedimentos, de controle preventivo e de adequação formal.

§ 5º O ordenador de despesas deverá constituir comissão de, no mínimo, três servidores para o recebimento de material com valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), conforme art. 15, § 8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 2º Convalidar os atos porventura praticados.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 12.442-DG/PF, de 19 de maio de 2020, publicada no Boletim de Serviço nº 95, de 20 de maio de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em Boletim de Serviço.

Art. 5º Os ocupantes de funções comissionadas equivalentes aos cargos descritos no inciso IV do art. 2º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, deverão incluir, em suas agendas públicas, as audiências de que trata esta portaria, observando as disposições do Decreto nº 10.889, de 2021.

Art. 6º Cabe aos diretores e superintendentes regionais adotarem providências para a adequada documentação e respectiva guarda dos registros das audiências realizadas no âmbito de suas unidades.

Parágrafo único. As audiências envolvendo servidores de mais de uma diretoria ou superintendência regional devem ter registros com igual conteúdo arquivados em cada uma das unidades participantes.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor em 1º de outubro de 2023.

#### PORTARIA DG/PF Nº 18.564, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023

Altera a Portaria DG/PF nº 17.389, de 23 de janeiro de 2023, e a Portaria nº 12.702-DG/PF, de 16 de junho de 2020.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA POLÍCIA FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída no inciso V do art. 36 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 155, de 27 de setembro de 2018, do Ministro de Estado da Segurança Pública, publicada na seção 1 do Diário Oficial da União nº 200, de 17 de outubro de 2018; resolve:

Art. 1º A Portaria DG/PF nº 17.389, de 23 de janeiro de 2023, publicada no Boletim de Serviço nº 17, de 24 de janeiro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

§ 3º A competência para emissão dos termos de dispensa e de inexigibilidade de que trata o inciso V fica imediatamente subdelegada ao(à) chefe da Coordenação-Geral de Administração.

....." (NR)

Art. 2º A Portaria nº 12.702-DG/PF, de 16 de junho de 2020, publicada no Boletim de Serviço nº 114, de 17 de junho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

§ 3º A competência para emissão dos termos de dispensa e de inexigibilidade de que trata o inciso V fica imediatamente subdelegada ao(à) chefe da Coordenação-Geral de Administração.

....." (NR)

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados pelo chefe da Divisão de Licitações e Contratos no período de 27 de fevereiro de 2023 até a data de publicação desta portaria.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 623-DLOG/PF, de 22 de setembro de 2020, publicada no Boletim de Serviço nº 183, de 23 de setembro de 2020.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação em Boletim de Serviço.

#### PORTARIA DG/PF Nº 18.566, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023